



“Muito Mais Que Uma Festa”: As Paradas LGBT De Sergipe Como Um Espaço De Produção De Saúde

Gladston Oliveira dos PASSOS, *Universidade Federal de Sergipe*

Marcos Ribeiro de MELO, *Universidade Federal de Sergipe*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo produzir um debate sobre as Paradas do Orgulho LGBT, tendo como foco as de Sergipe, e sua relação na construção da luta contra as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e HIV/AIDS. Dessa forma, buscou-se investigar as condições de constituição da luta contra o HIV/AIDS no Brasil, a chegada da doença em Sergipe e as relações do governo com os movimentos homossexual/GLBT/LGBT. Por fim, analisou-se o envolvimento da Parada LGBT de Sergipe com as ações de prevenção as ISTs e HIV. A importância dessa pesquisa se deve, primeiro, pela escassez de estudos sobre a temática e, segundo, por problematizar a ideia de que a Parada se trata apenas de um evento festivo. O percurso metodológico do trabalho envolveu levantamento bibliográfico, consulta de jornais, entrevista e trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Parada LGBT. Saúde. Política. Sergipe. Prevenção.



Introdução

Há mais de duas décadas as Paradas do Orgulho LGBT existem em nosso país e a cada ano o número de participantes aumenta gradativamente, fato que tornou a parada de São Paulo a maior do mundo no ano de 2006. É importante ressaltar que mesmo com esse tempo de existência ainda se faz necessário explicar o real sentido desse evento, diante de tantas críticas que o reduzem apenas a uma festa carnavalesca. Em outros países as paradas são realizadas em formato de “passeatas” e “marchas”. A originalidade das paradas ao adentrarem terras brasileiras é frequentemente utilizada para descaracterizar o caráter político das mesmas (CORRÊA, 2012; JESUS, 2013). Nessa direção, as paradas borram as dimensões formais e institucionalizadas do que é considerado o fazer político, pois misturam irreverência, o prazer festivo e as lutas. Como afirma Corrêa (2012), as paradas ao serem incorporadas aos calendários festivos das cidades,

[...] já não provocam tanto escândalo pela exposição pública de afetos entre pessoas do mesmo sexo, ou pelos corpos ‘grotescos’ que põe à vista. Se há um escândalo na Parada, é a carnavalização da política que ela produz. Da incorporação do prazer como instrumento e efeito dessa política” (CORRÊA, 2012, p. 105).

Celebrando e reivindicando o direito a assumirem suas identidades de gênero e orientações sexuais, assim como o fim das múltiplas violências direcionadas à população LGBTQIA+, a parada é um espaço de lutas por políticas sociais que atendam às especificidades deste grupo. No que tange às questões de saúde, se compreendemos que ela reflete uma “conjuntura social, econômica, política e cultural” (SCLIAR, 2007, p. 30), reconhecemos que os processos saúde-doença estão vinculados às múltiplas formas de discriminações e exclusões vividas pela população LGBTQIA+, como a homotransfobia, o desemprego, a falta de acesso à moradia, à alimentação, à educação e ao lazer (BRASIL, 2013).

Todos os anos são divulgadas notícias sobre a realização do evento, mas pouco se sabe como ele é executado, e essa ausência faz com que ocorram interpretações que desvalorizam sua permanência. Desde o



surgimento da Parada LGBT no ano de 1997 os organizadores se preocupam em não transformar o evento em um carnaval fora de época. Para isso, são construídos temas que estão presentes na vida das pessoas LGBTQIA+, a exemplo da criminalização da homotransfobia, o direito ao nome social pelas pessoas transexuais, o reconhecimento da união estável entre pessoas no mesmo sexo, pautas que foram levantadas nas Paradas e que foram efetivadas.

A preocupação dos organizadores do evento aponta a tensão com a estética do evento e visibilidade da militância, na recusa de seu aspecto carnavalesco e, ao mesmo tempo, em adesão/aproximação às relações burocráticas e formais das instituições governamentais, assim como do trabalho e do “sofrimento dos militantes durante sua própria organização, que expropriam o prazer como justificativa suficiente de uma política” (CORRÊA, 2013, p. 105).

A trama que constitui a construção de uma parada LGBT e sua definição como “coisa séria”, parece envolver também uma tentativa de distanciamento da lógica carnavalesca que abre espaço a uma permissão temporária para que os/as outros/outras, quer performam identidades LGBTQIA+, circulem e se mostrem para além de suas vidas privadas, em territórios públicos e, muitas vezes, proibidos no cotidiano de suas vidas (GREEN, 2000). Além disso, também demarca algo que MacRae (2011) apontava no início da década de 1980 em relação ao movimento homossexual, uma crítica a um formato de militância que excluía as “atuações fechativas”, numa aproximação com discursos identitários normalizadores e excludentes. Em suas palavras afirma que

sempre haverá aqueles que lembrarão que a luta é séria [...]. Eles têm razão e a luta por melhores condições de existência sempre é válida. Porém é bom que fique sempre lembrado que seus novos valores também são arbitrários e não são de nenhuma forma ‘naturais’” (MACRAE, 2011, p. 34).

Devido a pandemia de Covid-19, pelo segundo ano consecutivo a Parada LGBT de São Paulo foi realizada de forma virtual no dia 6 de junho de 2021, sendo transmitida em 12 canais do Youtube e contou com entrevistas e apresentações musicais. Participaram dos debates os



médicos infectologistas Vinicius Borges e Rico Vasconcelos, e a covereadora de São Paulo Carolina Iara, que vive com HIV.

O ano de 2021 foi marcado pelos quarenta anos da pandemia de AIDS, e a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo na sua 25^a edição trouxe pela primeira vez o tema HIV/AIDS¹ tendo como slogan “HIV/AIDS: Ame +, Cuide +, Viva +” com o objetivo de promover uma oportunidade significativa de modificar a relação entre as pessoas LGBT’s e a pandemia da AIDS, após décadas de estigma e discriminação. Conforme pesquisa realizada em 2019 pelo UNAIDS em parceria com as redes de pessoas vivendo com HIV 64% das pessoas entrevistadas já sofreram alguma forma de estigma ou discriminação pelo fato de viverem com HIV ou com AIDS. O slogan da Parada resultou da necessidade de se falar sobre HIV/AIDS além da forma punitiva e de prevenção, apontando as diferenças de como é viver com HIV hoje em comparação aos anos 80 e 90. Além da capital, outras 17 paradas em cidades de São Paulo decidiram adotar o HIV/AIDS como tema (NOS..., 2021).

Assim como no estado de São Paulo, a Parada LGBT² de Sergipe também ocorreu de forma virtual, o novo formato fez com que os organizadores pensassem num tema no qual se pudesse contar os bastidores do evento, fazendo com que o público entendesse e conhecesse de perto como se dá todo o processo que se inicia quatro meses antes do dia a ser realizado, dessa forma o slogan escolhido foi “Muito mais que uma festa...”. Antes da pandemia, quando a Parada ocorria presencialmente diversas atividades educativas ligadas a saúde LGBT foram realizadas, uma delas é a testagem para diagnósticos de sífilis, HIV e hepatites virais B e C além da distribuição de preservativos masculino e feminino e gel lubrificante, um trabalho realizado pelas equipes do

1 A sigla HIV se refere ao vírus da imunodeficiência humana, que pode levar a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

² A coordenação da Parada em Sergipe ainda divulga o evento com a nomenclatura LGBT, nesse sentido ao fazer referência a Parada não irei acrescentar outras siglas, a exemplo de LGBTQIA+.



Programa Estadual IST/AIDS, da Secretaria de Estado da Saúde (SES) sob a coordenação de Almir Santana.³

Ao longo desse artigo, procuramos analisar as condições de constituição das Paradas LGBT em Sergipe no combate as ISTs/AIDS. Por representarem não só locais de celebração, mas também espaços de informação e cuidado em prol da saúde LGBT. Com este objetivo realizamos uma análise histórica da política de HIV/AIDS no Brasil e, em seguida discutimos a chegada da AIDS em Sergipe e as relações do Estado com o movimento homossexual, que se constituíram em oportunidade política de organização do movimento e de suas ações voltadas ao campo da saúde. Por fim, analisamos a relação entre a Parada LGBT de Sergipe e as ações de prevenção as ISTs e HIV.

Metodologia

Na construção desse artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica que contribuiu no suporte teórico do trabalho. Além disso, foi complementada com consulta no jornal Gazeta de Sergipe, e também com a realização de entrevistas, onde foram construídos roteiros específicos para coordenadores/apoiadores do evento e personalidades e figuras públicas do Estado. As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022 e os procedimentos estão fundamentados nos estudos de Roberto Cardoso de Oliveira (1998). As imagens que são utilizadas foram coletadas do acervo da ONG ASTRA – Direitos Humanos e Cidadania LGBT e também do site da Secretária Municipal da Saúde de Aracaju.

Entre Avanços E Retrocessos: A Política De HIV/AIDS No Brasil

Os primeiros casos de pessoas infectadas pelo HIV no Brasil ocorreram em 1983. Segundo Calazans (2020), somente em 1985 sob o

³ Primeiro médico sergipano a cuidar de pessoas com AIDS e que, desde 1987, coordena o programa IST/AIDS da Secretaria de Estado da Saúde (SES).



governo de José Sarney, foi criado o Programa Nacional de Aids (PNA) que só conseguiu ser consolidado em 1988, às vésperas da primeira eleição presidencial direta, pós ditadura militar. Neste período, segundo Trevisan (2018) o país ocupava o quarto lugar do mundo com maior número de doentes de AIDS, contabilizando mais de quatrocentos casos registrados de pessoas infectadas pelo vírus, e duzentos óbitos. A criação do programa se deu após diversos protestos e pressão dos grupos de ativistas e soropositivos em todo o país.

A política de aids abriu-se para várias frentes, muitas vezes corajosamente, organizando grupos de trabalho nos próprios focos críticos de contágio, como locais de prostituição, nas ruas e nos portos, e pontos de consumo de droga injetável. (...). Aos poucos, o atendimento aos infectados se estendeu pelos estados e cidades mais atingidos e melhorou sua qualidade em todo o país, com distribuição gratuita de um número cada vez maior de medicações. (...) (TREVISAN, 2018, p. 418-419)

Nesse contexto, é fundada a primeira organização não-governamental criada para trabalhar especificamente com AIDS, o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA) localizada em São Paulo. Conforme Galvão (1995), uma das marcas mais fortes do GAPA/SP quando da sua fundação foi a militância no que dizia respeito à discriminação das pessoas com HIV/ AIDS (advocacy).

Por isso, não é de estranhar que uma das principais contribuições do GAPA/SP para o cenário da AIDS no Brasil tenha sido a instalação de um serviço de assessoria jurídica às pessoas com HIV/AIDS. Este serviço pioneiro realizado pelo GAPA/SP fez surgir, entre as ONGs/AIDS brasileiras, a preocupação com os direitos civis das pessoas com HIV/AIDS (GALVÃO, 1995, p. 86).

Além do Gapa outras ONGs foram criadas no ano de 1986 a exemplo da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) com uma proposta de interdisciplinaridade, o apoio religioso frente à AIDS no ISER– Instituto Superior de Estudos da Religião, abrigando posteriormente um grupo voltado aos trabalhadores do sexo, homens e mulheres, que propicia a criação da Astral – Associação de travestis e liberados, em 1991. E em 1989, é criado o Grupo Pela Vidda/RJ, que como



o Gapa, também levará à criação de outros grupos no Brasil (SILVA, 1998).

A partir do ano de 1989, o PNA passou a induzir políticas de prevenção de AIDS com fundamento nas estratégias de educação entre pares, através de convênios e financiamentos de ONGs. (GALVÃO, 2000). Essa aproximação da agenda de combate à aids e as organizações de direitos civis não foi algo automático (CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018).

Mesmo com o fato de que a epidemia alcançasse a toda população LGBT, seja pelo contágio com o Hiv ou a (auto) repressão social e política, algumas organizações tinham tensões internas quando o assunto era a resposta comunitária à epidemia. Parte hegemônica do grupo entendia que a mobilização e respostas à epidemia era de responsabilidade das políticas governamentais (CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018, p.289).

Segundo Galvão (1995) o crescimento da epidemia de HIV/ AIDS no Brasil foi também acompanhado de significativas mudanças tanto no tocante à atuação das ONGs quanto das entidades governamentais.

O fato de a AIDS passar a ser encarada como uma doença que veio para ficar leva a que as ONGs deixem de atuar como "bombeiros" e passem a trabalhar, cada vez mais, na área de prestação de serviços e elaboração de projetos específicos de intervenção (GALVÃO, 1995, p.96).

No que tange os projetos de intervenção desenvolvidos pelas ONGs, por se basearem na implementação de respostas imediatas eles acabaram sendo projetos de informação/prevenção. Assim como ocorreu com as ONGs, a prevenção também foi bastante trabalhada pelas entidades governamentais através das campanhas nacionais que passaram a ser realizadas periodicamente, onde o tema da camisinha começou a ser integrado definitivamente.

A partir da segunda metade da década de 1990, a vida dos infectados melhorou muito com o sucesso da terapia pelo coquetel medicamentoso que combinava vários antirretrovirais, um avanço que fez com o que Brasil se tornasse o primeiro país em desenvolvimento a oferecer medicamentos antirretrovirais (usados no tratamento do HIV) a



todos os habitantes, conquistando em 1996 status internacional na resposta à epidemia (COSTA, 2020). Além disso, houve uma diminuição no número de óbitos de 50% depois que as medicações passaram a ser disponibilizadas gratuitamente nos postos públicos de atendimento à AIDS (TREVISAN, 2018).

O acesso aos remédios pelos Sistema Único de Saúde (SUS) combinado com as amplas campanhas de prevenção e incentivo à participação da sociedade civil por meio do apoio às organizações não governamentais fez com que o programa brasileiro de AIDS fosse reconhecido como o melhor do mundo através do prêmio Gates de Saúde Global no ano de 2003 (PRÊMIO..., 2003).

Porém esse cenário foi sendo modificado ao longo dos anos, em 2012 a epidemia voltou a crescer no norte, nordeste e sul, campanhas contra o HIV foram substituídas após pressão de grupos evangélicos (CARNEIRO, 2012), somado a isso outros fatores que enfraqueceram a política foram a saída de recursos internacionais e o enfraquecimento da relação entre o governo e as ONGs.

Após a vitória do atual presidente Jair Bolsonaro, em 2018, houve um verdadeiro desmonte na política de combate à HIV/AIDS tendo início no dia 17 de maio de 2019 com a aprovação do decreto nº 9.975 pelo ministério da saúde que alterou o nome do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais para Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, rebaixando a área de HIV/AIDS a uma coordenação, e inserindo outras duas doenças não relacionadas ao contágio sexual: a tuberculose e a hanseníase. O decreto foi alvo de diversas críticas por associações, ONGs e especialistas que viram o rebaixamento como um retrocesso (MODELO..., 2019).

Em 2020, o mundo passou a enfrentar uma nova pandemia, a da covid-19, que em dois anos de existência já ceifou no Brasil mais de 650 mil vidas. Esse número poderia ter sido menor se o governo federal tivesse agido com celeridade na compra das vacinas, infelizmente isso não ocorreu devido a postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro que ao invés de incentivar a sociedade propagou diversas Fake News a



exemplo da associação da vacinação contra Covid a um risco de desenvolver AIDS (FACEBOOK..., 2021), essa declaração gerou a instauração de um inquérito no qual é investigado pelos crimes de epidemia, de infração de medida sanitária preventiva e de incitação ao crime (FALCÃO, VIVAS, 2022).

A AIDS Em Sergipe E A Parceria Do Governo Com O Movimento LGBT

Por atingir inicialmente homossexuais nos Estados Unidos e na Europa, o vírus do HIV ficou conhecido como o “câncer guei” ou peste gay. A adesão de militar contra ao HIV/AIDS gerava discussões entre alguns grupos que levantavam a bandeira gay, por entenderem o risco dessa associação contribuir ainda mais na estigmatização da homossexualidade. Do ponto de vista simbólico, a epidemia de AIDS, foi sem dúvida, a maior “mancha” realizada na masculinidade hegemônica nos últimos 40 anos. Em quase toda a década de 80 e 90, ela denunciava ou aproximava no plano especulativo, os seus portadores às práticas homossexuais (CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018).

No estado de Sergipe, um dos grupos que dedicou parte de suas atividades à prevenção do HIV para a comunidade gay foi o Dialogay. Criado em 14 de março de 1981, o grupo foi fundamental na luta contra a AIDS em Sergipe, encabeçando a campanha de combate a Aids em 1983, com a distribuição gratuita de preservativos. Contudo, essa ação não foi bem vista na sociedade sergipana, pois naquele momento não existia nenhum caso de no Estado (SANTOS, 2014). Em 1986, foi promovida uma conferência pelo Dialogay com os títulos Aids e seus aspectos sociais (MELO, 2013).

Em 1987 surge o primeiro caso de AIDS em Sergipe. Conforme Silva (2014) a vítima era um homem homossexual, que tinha contraído a doença morando em São Paulo, onde contraiu o vírus e desenvolveu a doença. Sofreu muito preconceito por parte do sistema de saúde, onde não encontrou atendimento, por até então pouco se conhecer da doença.



A partir desse momento é construído um pavilhão especial com dez leitos para o tratamento da doença, além disso, o centro de Hemoterapia de Sergipe (HEMOSE) faz um pedido aos aracajuanos para não ter relações sexuais com desconhecidos. Neste ano foi criado o Programa de DST/Aids do Estado, tendo como coordenador o médico Almir Santana (SANTOS, 2014, p. 56).

Ainda em 1987, o Dialogay junto a outras entidades, promoveu o primeiro seminário de DST/Aids de Sergipe. Segundo Santos (2014) a aproximação que ocorria entre os governos e as ONGs ficou evidente no apoio que a Secretária de Saúde deu ao Dialogay.

Essa união entre Estado e sociedade civil que foi tão produtora de bons resultados no combate a Aids no Brasil, aconteceu desde os primeiros casos da doença em Sergipe. Por um lado, os esforços para dar tratamento aos contaminados e fazer o teste, mesmo sendo de maneira ainda muito restrita para aquilo que na época era chamado de “grupos de risco”, dando uma predileção aos usuários de drogas e homossexuais, este último, principalmente aqueles que tinham tido relações com homossexuais de outros Estados (SANTOS, 2014, p.57).

No que tange ao perfil epidemiológico, quando o vírus começou a se proliferar no Estado de Sergipe, todos os casos eram de homossexuais masculinos (MELO, 2013), só na década de 1990 que esse perfil se modificou, quando mulheres e homens “heterossexuais” passaram a ser vitimados pela doença (COSTA, 2016).

Com o aumento de casos se fez necessário realizar campanhas de prevenção e seminário tendo como foco a temática da AIDS. Muitas dessas campanhas foram encabeçadas pelo Dialogay com o auxílio do Grupo Gay da Bahia (GGB) a noção de prevenção foi tão bem inculcada nas campanhas, que teve um momento que estava faltando preservativos em Aracaju (SANTOS, 2014). No ano de 1989 o Dialogay criou como extensão da associação o Comitê de apoio às vítimas da AIDS. Nesse período iniciou o acompanhamento das “Vigílias Internacionais em Solidariedade às Vítimas da AIDS” como uma das atividades do comitê (MELO, 2013).

Segundo Melo (2013) em outubro de 1996, após disputas internas e a escolha de uma nova direção, que não tomaria posse, o Dialogay passou uma série de denúncias de irregularidades pelo uso inadequado das verbas do projeto do Ministério da Saúde (MS) no período anterior.

As denúncias, que culminaram na primeira extinção do grupo, envolveram a utilização do dinheiro do MS, que deveria ter sido destinado à compra de preservativos e treinamento de pessoal, mas que teria sido usada em



benefício pessoal da vice-presidente da instituição, à época de sua candidatura a vereadora, pelo PT, do município de Aracaju. A posição da nova diretoria era clara, extinguir a instituição e formar outra, com uma “nova filosofia”, cujo objetivo era “levar a discussão da homossexualidade tanto para a sociedade como também para as escolas e buscar esclarecer as Doenças Sexualmente Transmissíveis” (MELO, 2013, p.101).

Após sua reconstrução, o Dialogay ainda exerceria um importante papel na luta contra a Aids, criando o Fórum Permanente de Aids em 2001. Dois anos depois foi extinto, envolvido em um novo escândalo, agora com dívidas trabalhistas. Além do Dialogay, outras instituições também estiveram presentes na luta contra a AIDS, são elas: O GAPA-SE, a ASP (Associação Sergipana de Prostitutas) e a UNIDAS – Associação de Travestis Unidas, uma associação voltada para as transexuais (SANTOS, 2014).

Mesmo com a aproximação do governo das ONGs, a dificuldade em saber gerenciar os recursos foi um fator determinante no fechamento de algumas instituições. Santos (2014) afirma que as instituições fundadas na década de 1990, recebiam fundos do governo para os programas de combate a AIDS, o fim do AIDS II⁴, gerou uma forte redução dos recursos passados pelo banco mundial as instituições.

[...]nesse período as instituições como Gapa, ASP e Dialogay, começaram a fechar suas portas ou ter uma menor atuação, que foi o caso da ASP, a extinção dessas instituições se deu pela falta de recursos, e pelos processos trabalhistas por falta de pagamento, em parte isso ocorreu pela falta de distribuição dos recursos que chegavam, pois não contemplava despesas administrativas, sendo uma boa parte para material gráfico a informativo (SANTOS, 2014, p.63).

No ano de 2001, pouco antes da extinção do Grupo Dialogay de Sergipe, surgiu a ASTRA – Associação Sergipana de Transgêneros, uma nova ONG que daria continuidade na luta contra o vírus, gerindo por alguns anos o fórum permanente de AIDS. A partir do ano de 2003, a instituição modificou seu estatuto e decidiu ampliar o público o qual

⁴ Em 1993, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de \$160 milhões para o Projeto de Controle da Aids e doenças sexualmente transmissíveis do Brasil, conhecido como Aids I. O AIDS I gerou o AIDS II, em 1998, outro empréstimo do Banco Mundial que sustentou programas da AIDS até 2002 (LANDAU, 2011, p. 24).



atendia, incluindo gays e lésbicas e conseqüentemente passou a ser denominada ASTRA – Direitos Humanos e cidadania LGBT. Inicialmente a ASTRA, assim como a UNIDAS teve como objetivo atender as demandas das pessoas transgêneros. Segundo Melo (2013) a criação de associações “trans” foi possibilitada quando esse segmento passou a ser incorporado em investimentos dos programas de DST/AIDS. Ainda de acordo com o autor, houve uma ampliação nas causas que eram defendidas por essas organizações.

Se a principal luta empreendida no final da década de 1990 mantinha vínculos exclusivos com a prevenção da epidemia do HIV/AIDS, não obstante a década de 2000 inaugurou outras possibilidades de lutas. As ações afirmativas, surgidas a partir da recategorização realizada pelo Estado e pela mobilização modificaram o perfil epidemiológico do “universo trans”, de um “grupo de risco” para um “grupo vulnerável” devido a sua história de marginalização social que produziram práticas de risco como: sexo desprotegido e compartilhamento de seringas na aplicação de silicone e hormônios femininos. (...) A partir de então, as militantes e organizações aracajuanas se envolvem em diferentes lutas, a exemplo da defesa do uso do nome social, da redução de danos para travestis dependentes químicas, da qualificação profissional do segmento e da execução de ações de assessoria jurídica. (MELO, 2013, p. 169-171).

Mesmo com essa ampliação, a maioria dos projetos desenvolvidos por essas instituições estava ligado ao combate contra o Hiv/AIDS. A exemplo da UNIDAS que executou o projeto “Parceiros da Noite” com o apoio do Ministério da Saúde, e a ASTRA que ao longo dos anos adquiriu bastante experiência e somou diversos projetos como o “Interagindo PositHIVamente”, executado em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e que tinha como objetivo treinar e formar multiplicadores nos diversos locais da comunidade e fortalecer o trabalho institucional em prol da comunidade de pessoas vivendo com HIV/AIDS. O “Aquenda” que teve como proposta através da educação sexual, reduzir a incidência de infecção pelo HIV entre jovens na cidade de Aracaju, e o “Viva melhor Sabendo”, que foi realizado em três edições sendo a primeira com o público de profissionais do sexo em Aracaju, a segunda com a população LGBT nos interiores do estado de Sergipe e a terceira com a população de jovens LGBTs na capital. No caso da ASTRA, além de levar informação e prevenção através dos seus projetos, a organização trouxe um novo espaço



que fez com que houvesse uma aproximação dos LGBTs ao tratamento e prevenção das ISTs/HIV, esse local foi a Parada do Orgulho LGBT que será melhor trabalhado na próxima seção.

A Parada LGBT De Sergipe E As Ações De Prevenção As ISTs/HIV

A Parada LGBT de Sergipe é fruto do engajamento de lideranças estudantis que se tornaram militantes em prol das causas LGBTQIA+. A sua existência é resultado da força e esforço do movimento homossexual que existia na capital desde os anos 80.

No que tange o seu surgimento, a ASTRA acaba sendo uma instituição de extrema importância, pois a realização do evento foi idealizada pela sua presidente, a militante Tathiane Araújo. A primeira Parada de Sergipe denominada GLBT, ocorreu em 28 de julho de 2002, ano de alguns fatos marcantes tanto no mundo dos esportes, tendo a seleção brasileira conquistado o quinto título da Copa do Mundo de Futebol, quanto no universo político, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República do Brasil, se tornando o primeiro governante eleito de esquerda da história do país.

Por muitos anos gays, lésbicas, travestis e transexuais sofreram bastante devido a impossibilidade de se assumirem em seus espaços de vivência. A realização da Parada é o momento no qual essas pessoas podem ser livres para demonstrarem o que são em sua plenitude e consequentemente se orgulharem da sua identidade de gênero ou de sua orientação sexual.

Poder se assumir e não se sentir envergonhado por isso, é um incentivo presente em muitas paradas, inclusive na de Sergipe, que em sua primeira edição trouxe o tema: *Orgulho de ser Penta, Orgulho de ser Brasileir@, Orgulho de ser Sergipan@, Orgulho de ser homossexual*. Durante seus vinte anos de existência, em cada edição existe um tema (ver quadro 1)



Quadro 1: Edições da Parada LGBT de Sergipe

Edição	Tema	Data
1 ^a	Orgulho de ser Penta, Orgulho de ser Brasileir@, Orgulho de ser Sergipan@, Orgulho de ser homossexual	28 de julho de 2002
2 ^a	Orgulho de Amar	27 de julho de 2003
3 ^a	Orgulhe – SE	25 de julho de 2004
4 ^a	Direitos Iguais, nem mais nem menos	28 de agosto de 2005
5 ^a	Nem os dedos da mão são iguais	30 de julho de 2006
6 ^a	Cidadania não rima com homofobia	19 de agosto de 2007
7 ^a	Todos São Filhos do Mesmo Criador	31 de agosto de 2008
8 ^a	Sexualidade e Gênero não distinguem a personalidade humana. Faça do respeito as diferenças sua marca registrada	30 de agosto de 2009
9 ^a	Vote em Quem Defende Você	29 de agosto de 2010
10 ^a	10 Anos na Luta por Grandes Conquistas	21 de agosto de 2011
11 ^a	Tome uma Dose de Bom Senso, Homofobia tem Cura	12 de agosto de 2012
12 ^a	Estamos em todos os lugares. Sexualidade não tem a ver com competência	11 de agosto de 2013
13 ^a	Nossa Arma na Luta por Cidadania e Respeito à Diversidade	31 de agosto de 2014
14 ^a	Nós Também Somos Família	30 de agosto de 2015
15 ^a	#15anos #História #Luta #Cidadania	28 de agosto de 2016
16 ^a	+ Amor Nenhum Direito A -	27 de agosto de 2017
17 ^a	Intolerância Gera Violência: pela diversidade, contra o conservadorismo	26 de agosto de 2018
18 ^a	50 anos de resistência, nunca foram tão necessários para nossa existência	25 de agosto de 2019
19 ^{a*}	Com ou sem pandemia, dê um lockdown no seu preconceito	30 de agosto de 2020
20 ^{a*}	Muito mais que uma festa	29 de agosto de 2021

* Edições realizadas no formato virtual através do canal da ASTRA no Youtube

Fonte: Elaboração dos autores.

A escolha desses temas surge em reuniões entre a comissão organizadora e demais ONGs parceiras que procuram indicar as melhores propostas sobre reivindicações de Direitos, celebrações de conquistas e fatos que são pertinentes aos LGBTQIA+ seja no cenário local ou nacional.



Desde a sua primeira edição, o evento é realizado na Orla de Atalaia, um dos mais belos cartões postais de Aracaju, e o ponto turístico mais movimentado da capital (ver figura 1). A Orla fica localizada em um bairro elitizado e a sua escolha também traz um significado de resistência, tendo em vista que ao longo dos anos a comunidade LGBT não era aceita em determinados locais públicos. Segundo Jesus (2013), “o trajeto de cada parada é um indicativo da visão e objetivos dos organizadores”. Maria Eduarda, uma das diretoras da ASTRA e coordenadora da Parada afirma o quanto foi importante o evento ocorrer nesse espaço.

Eu acredito que além do campo dos direitos, da gente tá gritando e pedindo mais políticas públicas voltadas pra população LGBT, eu acho que as pessoas podem achar que é uma coisa mínima mas eu vislumbro a importância de naturalizar as pessoas LGBT em grupos, principalmente ali na região como a Orla, as pessoas poderem naturalizar e se misturarem porque nossa Parada não tem só pessoas LGBT eu acho que um dos trunfos muito grande foi poder tá quebrando isso ao longo desses anos pra que as pessoas se sentissem mais à vontade em meio a população LGBT então eu acho que isso também ajuda a quebrar o preconceito naturalizando que pessoas LGBT podem estar em todos os espaços e inclusive em grande bando pra tá fazendo as suas manifestações políticas e culturais num espaço de grande visibilidade turística que é a passarela do caranguejo e a Orla de atalaia. (Maria Eduarda, entrevista concedida em 03/11/2021).

O ponto de concentração é a Passarela do Caranguejo, localizada no final da Orla, próximo aos restaurantes, um deles é o Bar da Amanda, como consta no mapa do percurso da 18^a edição, a última a ser realizada presencialmente. Normalmente o horário divulgado para início do evento são às 14hs, porém, é no final da tarde que os trios se movimentam e seguem o percurso até às 21hs. Segundo Camargos (2018) a festa da Parada nasce justamente com o intuito de ocupar o espaço público – Stonewall 1969. Foi com porradas, pancadas e agressões que gays e travestis enfrentaram policiais e conquistaram o direito de ocupar as ruas da cidade.



Figura 1 - Mapa do Percurso da 18ª Parada LGBT de Sergipe



Arte realizada pela designer Kika Salomão voluntária da ASTRA.

Fonte: ASTRA, 2019.

Mesmo com diversas Paradas sendo realizadas em outras capitais, trazer esse evento para Aracaju não seria uma tarefa fácil, apesar dos debates envolvendo questões de gênero e sexualidade já estarem presentes na capital desde a década de 1990, através do movimento homossexual, em especial, pelo grupo Dialogay, também foram muitos os crimes violentos perpetrados contra homossexuais nesse período. Segundo Costa (2016), durante a década de 1990, muitos homossexuais foram vítimas de crimes violentos.

Alguns dos assassinatos acometeram pessoas que galgavam certo prestígio junto à sociedade por ocuparem cargos importantes ou serem de famílias da elite. Fato que chamou atenção da população para esse problema, que também repercutia com bastante intensidade na mídia. (...). Essa situação foi acompanhada por manifestações do Grupo Dialogay. Foram muitos os posicionamentos da instituição nos jornais, cobrando da população e das autoridades garantia dos direitos humanos para os homossexuais, efetivação de políticas de segurança pública e



maior celeridade do Poder Judiciário nas investigações desses crimes. (COSTA, 2016, p.183).

Ainda conforme Costa (2016)

Um fato que chama atenção nos jornais são as denúncias feitas pelo Grupo Dialogay de que as autoridades da segurança pública no Estado fazem pouco quando os crimes têm características homofóbicas, mas, por outro lado, pode-se destacar também a invisibilidade desses crimes que estão envoltos muitas vezes por um manto de vergonha, medo e preconceitos. (COSTA, 2016, p. 184).

Analisar a Parada LGBT como um espaço de produção de saúde perpassa também o enfrentamento à LGBTfobia. Nesse sentido, a realização do evento numa cidade conservadora onde se presenciava tamanha violência contra essa população tornou-se uma tarefa desafiadora, principalmente em tentar convencer a sociedade de que não se tratava de um baile de carnaval, mas sim de uma manifestação que reivindica Direitos fundamentais, como a liberdade de ser quem se é, sem que isso lhe custe sua vida. Com muita determinação e coragem o movimento LGBT de Sergipe convidou toda a sociedade sergipana para brindar a diversidade na primeira edição da Parada tendo como tema a valorização da identidade homossexual (Ver figura 2).



Figura 2 - Cartaz da 1ª Edição da Parada do Orgulho GLBT de Sergipe

Orgulho de ser Penta
Orgulho de ser Brasileir@
Orgulho de ser Sergipan@

Orgulho de ser Homossexual

PARADA DO ORGULHO GLBT DE SERGIPE

Venha brindar a diversidade.

28 de julho (domingo) às 14h na Orla
(Concentração na Passarela do Carangueijo)

USE CAMISINHA!

Realização:
ASTRA Associação Sergipana de Transgêneros
Rua Santo Amaro, 743 Galeria WR, 2º andar sala 07
Centro Aracaju Sergipe CEP 49020-290
E-mail: anstransgêneros@bol.com.br

ORIGEM DAS PARADAS GLBT NO MUNDO HISTÓRICO

Numa histórica noite de 28 de junho de 1969, frequentadores do bar gay *Stonewall Inn*, em *Greenwich Villagem* em Nova Iorque, reagiram à polícia local dando um basta a violência, exploração, humilhação, discriminação e preconceito a que vinham sendo submetidos.

Entretanto, temos depois, um grupo de militantes da *"Front of Liberation Gay and Lesbian"* da mesma cidade, propôs na revista *"Come Out"* que a data fosse reconhecida como O Dia do Orgulho Gay. Desde então, a data é lembrada e festejada no mundo inteiro.

Nesta data além de mostrar seu orgulho, os homossexuais aproveitam para solicitar direitos iguais publicamente. Nas principais cidades do mundo milhares de pessoas saem às ruas em grandes passeatas, como ocorreu recentemente em São Paulo.

PARADA GLBT DE SERGIPE

A Associação Sergipana de Transgêneros (ASTRA), tem o maior orgulho em estar organizando a Parada GLBT em nosso Estado, por isso faça deste dia uma festa. Não imporá a sua "Expressão Sexual", vamos nos unir para que a Inclusão Social seja o nosso maior Orgulho.

PATROCÍNIO
MINISTÉRIO DA SAÚDE
Coord. Nac. DST E AIDS

Coord. Est. DST/AIDS
Coord. Mun. DST/AIDS

APOIO
Boate Notivagu's, Caliel Uniformes, Em Liberdade Axé Quizomba, Alga, Unidas, Apa-Plus, Dialogay, GHB, Federação das Mulheres de Sergipe, USES, UMESA.

NÃO JOGUE ESTE PANFLETO EM VIAS PÚBLICAS!

Arte realizada pelo designer Eduardo Lins

Fonte: ASTRA, 2002.

Com muita dificuldade, a ASTRA realizava a primeira Parada GLBT de Sergipe. Sendo patrocinada pelo Ministério da Saúde e a Coordenação Nacional de DST/AIDS e com a o auxílio de alguns apoiadores, como a Boate Notivagu's, Caliel Uniformes, em liberdade Axé Kizomba, Unidas, Apa-Plus, Dialogay, GHB, Federação das mulheres de Sergipe, USES e UMESA. No evento, um símbolo do movimento LGBT se fez presente, uma bandeira de 40 metros com as cores do arco-íris foi utilizada na ocasião. Desde 25 de junho de 1978, dia alusivo à liberdade Gay nos EUA, que as primeiras versões da bandeira foram usadas, uma criação do designer e ativista dos Direitos LGBT Gilberto Baker. A importância simbólica da bandeira é oriunda dos valores que a comunidade LGBT impuseram a ela, se tornando um símbolo de resistência. Nesse sentido, Sahlins (2008) afirma que *os símbolos são sintomas, diretos ou mistificados, da verdadeira força das coisas.*

A cultura pode até estabelecer condições para o processo histórico, mas é dissolvida e reformulada na prática material, de modo que a história se torna a realização, na forma de sociedade, dos recursos efetivos que as pessoas colocam em jogo (SAHLINS, 2008, p. 27).



A primeira Parada LGBT de Sergipe contou com alguns militantes, como Marcelo Cerqueira do Grupo Gay da Bahia – GGB, além disso, houve apresentações e performance de drags queens, a exemplo de Karolayne Principal, a primeira drag da Parada (ver figura 3). Além do DJ Peu, e shows com Viva Aragão e da banda Juventude do Samba.

Figura 3 - Arquivo sobre a Primeira Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe, 2002.

Há duas décadas, a Parada LGBT de Sergipe celebra o orgulho das diversas identidades associadas a gênero e sexualidade, além de exigir o respeito da sociedade. Mesmo que esse evento seja marcado por trios elétricos e músicas, trazendo a impressão de que é apenas uma festa, existe também um enorme cunho político. A visibilidade massiva que as Paradas proporcionam complementam a incidência política. Segundo Facchini (2020) as Paradas produziam deslocamentos em relação a repertórios predominantemente utilizados pela geração anterior, como a



exposição de poucos ativistas assumidos e enquadramentos que passam a ser tidos como vitimistas. Ainda conforme a autora, o sucesso do formato desse evento faz pensar sobre o acerto do enquadramento transgressor e da produção de uma visibilidade plural, baseada em trios elétricos e corpos-bandeira.

As paradas foram a face pública do movimento, mas também a ponte de contato entre categorias forjadas no âmbito de um campo restrito de ativistas cada vez mais voltado às gramáticas estatais e de uma enorme e multifaceta arena. Contando com ativistas e organizações, as Paradas evocavam experiências, buscando conectá-las com categorias como “homofobia”, “orientação sexual” e “identidade de gênero”, entre outras (FACCHINI, 2020, p. 49).

Em 2015, ocorreu a 14^a Parada LGBT de Sergipe, trazendo o tema “Nós também somos família” (ver figura 4) já com uma alteração ocorrida desde a nona edição do evento, que é a posição da letra L à frente do G.

Figura 4 - Arquivo sobre a 14^a Parada LGBT de Sergipe



Fonte: ASTRÁ, 2015.

Essa modificação foi decidida através de um polêmico debate que aconteceu na I Conferência Nacional LGBT que segundo Fernandes (2018) teve como intuito dar maior visibilidade às lésbicas e reconhecer as intersecções gênero e orientação sexual. Ainda conforme a autora, a



visibilidade política das lésbicas nas Paradas do Orgulho de São Paulo só ocorreu após anos de cobrança para que a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo - APOGLBT modificasse o nome do evento, que até o ano de 2003 denominava-se Parada do Orgulho Gay.

Desde 1997 se pedia a alteração do nome que invisibilizava os segmentos de lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. Somente no ano de 2002 os organizadores escolheram o segmento de lésbicas para dar visibilidade, mas o tema geral não lhes dizia respeito, pois foi “Educando para a Diversidade” (FERNANDES, 2018, p. 109).

É interessante observar que essa invisibilidade também pode ser identificada no campo da saúde. Para Oliveira *et al* (2020) pesquisas que abordam o tema da saúde sexual de mulheres “lésbicas”, “bissexuais” e outras “mulheres que fazem sexo com mulheres” foi pouco estudado. Em relação a saúde da população transgênera as políticas públicas nacionais em relação às IST e ao HIV/AIDS a partir da década de 1980 levou aos poucos a população de travestis e transexuais ao SUS. Contudo, os autores apontam dois pontos que devem ser considerados,

o primeiro é compreender as identidades transgêneras a partir da autodeterminação e dos saberes pensados dentro do movimento social de travestis e transexuais, não cabendo, portanto, ao poder biomédico a determinação destas identidades. (...) o segundo é a compreensão da saúde da população transgênera na integralidade de um bem-estar físico e psicossocial, portanto, travestis e transexuais não devem estar inseridas apenas no Processo Transsexualizador e nas políticas de ISTs (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 11).

Dessa forma, ao se criar políticas públicas no campo da saúde para cada segmento é preciso se atentar do risco de uma guetização que acaba contribuindo na exclusão e estigmatização desses indivíduos, como ocorreu com as políticas preventivas de HIV/AIDS, estas tiveram em sua gênese preocupações de matizes segregacionistas, muito mais do que de atenção à diferença (PELÚCIO, 2011). A focalização de ações e políticas específicas pode constituir-se como um meio para o alcance da universalidade, o reconhecimento das necessidades singulares dos sujeitos marcados pela diversidade sexual e de gênero torna-se essencial para assegurar a saúde integral de LGBT (CALAZANS, 2020). Muitas



dessas necessidades são reivindicadas durante a Parada, pois através dela Direitos negligenciados pelo Estado são apontados.

No que tange o Direito à saúde LGBTQIA+, durante a realização da Parada os organizadores procuram trabalhar a importância da Prevenção às ISTs/HIV e elaboram ações em parceria com a secretária municipal da saúde. Essas ações existem desde a sua primeira edição, coordenada pelo Dr. Almir Santana, que é o principal nome na luta contra a AIDS no estado de Sergipe, e mesmo sendo uma pessoa heterossexual entende a importância da existência da Parada.

Todas as paradas eu estive presente... eu acho um evento extremamente importante para mobilizar a comunidade, não só a comunidade LGBT, a comunidade em geral, a sociedade em geral. A parada tem um papel importante nesse sentido, de divulgar que o preconceito não deve existir, que deve ter um respeito as pessoas, a orientação sexual das pessoas e também é um espaço para as ações de prevenção, ações de testagem de HIV, um espaço importante (Dr. Almir - entrevista concedida em 13/01/2022).

Na 14^a edição, foram realizadas 177 testagens, sendo detectado sete testes positivos para Sífilis e um para HIV/AIDS (SMS..., 2015). As ações de testagens de HIV no evento (ver figura 5 e 6) contribuem para que se identifique precocemente a existência do vírus. Caso seja positivo, os profissionais de saúde orientam essas pessoas e as direcionam para suas Unidades de Saúde para começar o tratamento.

Figura 5 e 6 - Imagens de Dr. Almir e a Equipe do programa IST/HIV realizando os testes



Fonte: ASCOM/SMS, 2015.



Ainda na 14^a edição foram distribuídos ao público cinco mil insumos (ver figura 7), como camisinha masculina, feminina e lubrificantes, além da entrega de panfletos explicativos e orientação aos participantes.

FIGURA 7 - Imagem da equipe do programa DST/Aids distribuindo insumos e entregando panfletos



Fonte: ASTRA, 2015.

Além das ações que ocorreram durante a Parada, no dia anterior a coordenação do evento realizou o seminário saúde, prevenção e cidadania. É importante destacar que a Parada é considerada o maior evento organizado pelo público LGBTQIA+ no estado de Sergipe e atrai uma grande quantidade de pessoas desse segmento, um fato extremamente relevante segundo os profissionais que trabalham no combate as IST/HIV, a exemplo do médico Almir Santana que aponta a facilidade proporcionada pelo evento de acesso da secretária da saúde ao público LGBTQIA+,

A parada permite inclusive um acesso da própria secretária de saúde... acesso mais fácil a um número maior de pessoas LGBT, não existe outro momento mais fácil de ter acesso a essas pessoas. E conseqüentemente um espaço para passar informações, orientações, um espaço de saúde (Dr. Almir – entrevista concedida em 13/01/2022).



Considerações Finais

Ao decorrer deste artigo apresentamos uma perspectiva de que a Parada não é apenas um local para festejar, mas também político onde se leva informação sobre diversos temas. Nesse sentido, além do clima festivo que é característico do evento, a sua existência tem um papel fundamental na busca de uma sociedade mais igualitária, que respeita a individualidade de cada ser humano. É inegável os benefícios que a realização da Parada trouxe para a comunidade LGBTQIA+, além da própria visibilidade que a cada ano vem aumentando, diversos Direitos foram alcançados após reivindicações feitas no evento, seja no campo da educação, da segurança e da saúde.

Com a epidemia da AIDS houve uma estigmatização da figura do homossexual e isso fez com que gerasse discussões entre os militantes pois para alguns se somar a essa luta acabaria associando ainda mais a sua identidade com a doença. Muitas ONG's se empenharam no combate do vírus, em Sergipe o Dialogay foi uma delas, através de campanhas de prevenção, e na distribuição de preservativos. A AIDS ceifou milhares de vidas, mas também foi a responsável por trazer à tona a existência de um segmento que vivia marginalizado, trazendo também a importância dos debates sobre sexualidade e prevenção, temas que se fazem presentes nas Paradas.

No enfrentamento da AIDS se fez necessário que os governos se unissem aos movimentos sociais. Em Sergipe, um grande parceiro dessa luta é o médico sanitário Almir Santana que atualmente gerencia o programa estadual de IST/AIDS da Secretaria de Estado da Saúde e sempre colaborou incentivando nas ações de testagem do HIV durante a Parada. Vivemos num país extremamente intolerante e cada vez mais se faz necessário combater qualquer forma de discriminação. A Parada LGBT é uma ferramenta que contribui bastante na luta contra o preconceito pois ao longo dos anos ela aponta direitos que são negligenciados pelo Estado, é através dela que a comunidade LGBTQIA+ se sente empoderada para fazer cobranças ao poder público e denunciar as violências sofridas diariamente.



Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, 2013.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos reemerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (organizadores). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda. 2018.

CALAZANS, Gabriela Junqueira. Políticas de saúde voltadas à diversidade sexual e de gênero. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

CAMARGOS, Moacir Lopes. O surgimento das Parada LGBT no Brasil. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (organizadores). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda. 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo Quinze; São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

CARNEIRO, Júlia Dias. *Programa de Aids no Brasil enfrenta falhas e precisa ser 'replanejado'*, 2012. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120724_aids_programa_brasil_jc_ac> Acesso em 04 de março de 2022.

CORRÊA, Tiago Matheus. *O governo carnalizado ou o carnaval governado: política e estética no campo de ação da 9ª Parada da Diversidade de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 116. 2012.

COSTA, Fernanda da. *Do exemplo ao retrocesso: país sofre desmonte da política para o HIV*, 2020. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/jornal/do-exemplo-ao-retrocesso-pais-sofre-desmonte-da-politica-para-o-hiv/>> Acesso em 04 de março de 2022.



COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. *Aracaju dos anos 90: Crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça*. Aracaju: Editora Oficial do Estado de Sergipe - EDISE, 2016.

FACCHINI, Regina. *De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos*. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Org). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas -SP. Editora da Unicamp. 2020.

FACEBOOK tira do ar live de Bolsonaro com mentira sobre vacina da Covid e Aids. *G1*, 25 Out. 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/10/25/live-bolsonaro.ghtml>> Acesso em 04 de março de 2022.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. *PF começa a investigar declaração de Bolsonaro que associa vacinas ao risco de contrair Aids, 2022*. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/03/pf-quer-cooperacao-internacional-em-inquerito-que-apura-mentira-de-bolsonaro-ao-relacionar-vacina-contracovid-a-aids.ghtml>> Acesso em 04 de março de 2022.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (organizadores). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda. 2018.

GALVÃO, Jane. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA/São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. As respostas das organizações não governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/AIDS. In: PARKER, Richard (Org.). *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1995.

GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Alegria momentânea: paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, vol. 6, n. 1, jan - jun, 2013, p. 54-70.

LANDAU, C. “A Aids mudou de cara”: memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da AIDS no Brasil. *Plural*, Revista do



programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, V. 17, n. 2, pp 11- 44, 2011.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

MELO, Marcos Ribeiro de. *Itinerários e “Lutas”: O engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFS, São Cristóvão, 2013.

MODELO no mundo, departamento de combate ao HIV do Brasil perde status. *Exame*, 23 maio 2019. Disponível em <<https://exame.com/brasil/modelo-no-mundo-departamento-de-combate-ao-hiv-do-brasil-perde-status/>> Acesso em 04 de março de 2022.

NOS 40 anos da pandemia de AIDS, Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo trazem o HIV como tema para acabar com o estigma e a discriminação. *UNAIDS*, 13 julho 2021. Disponível em <<https://unaid.org.br/2021/07/nos-40-anos-da-pandemia-de-aids-paradas-do-orgulho-lgbt-de-sao-paulo-trazem-o-hiv-como-tema-para-acabar-com-o-estigma-e-a-discriminacao/>> Acesso em 04 de janeiro de 2022.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; OLIVEIRA, Jainara; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; LOPES, Moisés. *Reflexões em torno da saúde da população LGBT: cruzando temas, problemas e perspectivas*. Revista brasileira de estudos da homocultura, Vol. 03, N. 11, Jul. – Set., 2020.

PELÚCIO, Larissa. *Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à aids*. Revista Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.1, p.76-85, 2011.

PRÊMIO Gates de Saúde Global em 2003. *Grupo de incentivo à vida – GIV*, 29 maio 2003. Disponível em <<http://www.giv.org.br/Not%C3%ADcias/noticia.php?codigo=56>> Acesso em 04 de março de 2022.

SANTOS, Maria Rita Ribeiro dos. *Construindo uma causa: institucionalização e engajamento na luta contra AIDS em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFS, São Cristóvão, 2014.



SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2008.

SCLIAR, Moacir. *História do conceito de saúde*. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 17, v.1, 2007, p. 29-41.

SILVA, Cristina Luci Câmara da. *ONGs/Aids, intervenções sociais e novos laços de solidariedade social*, *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14(Sup. 2):129-139, 1998.

SMS apoia mais uma edição da Parada Gay. *Prefeitura de Aracaju*, 31 ago. 2015. Disponível em https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/66238/sms_apoia_mais_uma_edicao_da_parada_gay.html Acesso em 04 de março de 2022.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª Edição – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

“Much More Than A Party”: The LGBT Parades Of Sergipe As A Health Production Space

ABSTRACT: This article aims to produce a debate on the LGBT Pride Parades, focusing on Sergipe, and their relationship in the construction of the fight against sexually transmitted infections (STIs) and HIV/AIDS. Thus, we sought to investigate the conditions of constitution of the fight against HIV/AIDS in Brazil, the arrival of the disease in Sergipe and the government's relations with the homosexual/GLBT/LGBT movements. Finally, the involvement of the Sergipe LGBT Parade with STI and HIV prevention actions was analyzed. The importance of this research is due, first, to the scarcity of studies on the subject and, second, to problematize the idea that the Parade is just a festive event. The methodological course of the work involved a bibliographic survey, consultation of newspapers, interviews and it is a research with a qualitative approach.

KEYWORDS: LGBT Parade. Health. Politics. Sergipe. Prevention.

Gladston Oliveira dos Passos

Universidade Federal de Sergipe

Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe; Pós-graduado em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Graduado em História pela UFS e Bacharel em Direito pela Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo.

E-mail: gladstonpassos92@gmail.com

ORCID:

Marcos Ribeiro de Melo

Universidade Federal de Sergipe

Doutor em Sociologia (PPGS/UFS). Professor associado do Departamento de Psicologia (DPS/UFS). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGCINE/UFS). E-mail:

marcos_demelo@academico.ufs.br E-mail: marcos_demelo@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3289-2528>

Recebido em: 25/04/2022

Aprovado em: 06/06/2022